



ESTUDIOSOS de História preocupados com mercado de trabalho e pesquisas no Brasil. [s.n.t.]

Estudiosos de História preocupados com mercado de trabalho e pesquisas no Brasil

A propósito da pretendida unificação das disciplinas de história e geografia em uma única, denominada estudos sociais, assunto que já tivemos ocasião de ventilar, voltam este, e outros temas, a serem discutidos novamente, por ocasião do Congresso de História que ora se realiza em nossa cidade.

É o seguinte o texto da declaração-memorandum dos participantes do I Congresso de História de São Paulo e III Encontro Brasileiro sobre Introdução aos Estudos Históricos:

"Após debates e discussões, nós, historiadores, professores e estudantes, reunidos neste Conclave, vimos reafirmar perante a Nação Brasileira, Conselho Federal de Educação, Conselhos Estaduais de Educação, Congresso Nacional através de suas lideranças partidárias e à imprensa em geral, nossa posição, nestes termos definida:

1. Contrários à fusão, fracionamento ou eliminação da História que deve permanecer como disciplina individualizada no Ensino de 1.º grau, uma vez que tal experiência, utilizada em outros países viu-se frustrada, contribuindo para o agravamento de problemas sociais pelo divórcio entre o futuro profissional do adolescente e a realidade social onde ele atua, por falta de uma visão histórica e humanística; além disto, a fusão de disciplinas só seria admissível se se pudesse confundir os princípios metodológicos que as norteiam. Essa disposição choca-se com o veredito dos mais eminentes mestres da historiografia brasileira, ao mesmo tempo em que colide também com a necessidade de cada vez maior da indagação histórica, em qualquer projeto de desenvolvimento econômico e social, o que tem levado órgãos governamentais ou não: Sudene, Fundação Getúlio Vargas, Escola Superior de Guerra e o nosso maior centro tecnológico, o Instituto de Tecnologia e Aeronáutica (ITA), que decidiram incorporar em seus programas o estudo sistemático da História ao lado de cadeiras eminentemente técnicas.

2. Em função do direito inalienável ao trabalho conferido ao ser humano como reza a Carta da ONU e a Constituição Nacional, faz-se necessária a urgente regulamentação da profissão de historiador o que

virá contribuir para a criação de mecanismos que ampliem e defendam nosso mercado de trabalho. Para tanto, existe ante-projeto já apresentado em 1967 e que se encontra paralisado no Congresso Nacional. Solicitamos sua urgente tramitação e aprovação, bem como o empenho dos Ministérios de Educação e do Trabalho no sentido de efetivar essa reivindicação.

3. Observando a desnacionalização cada vez maior da pesquisa histórica no Brasil, mediante o número crescente de pesquisadores estrangeiros financiados por seus países que aqui chegam para realizar seus trabalhos, a tal ponto de haver nos arquivos brasileiros mais pesquisadores estrangeiros que nacionais. Faz-se necessário a elaboração de uma política sistemática de prestígio oficial ao pesquisador brasileiro que se permanecerem as atuais circunstâncias pouco tempo terá que sair do país se quiser escrever sobre importantes áreas da História nacional. Um exemplo: a Universidade da Califórnia tem hoje microfilmada toda documentação referente ao ciclo de ouro nas Minas Gerais enquanto que aqui tal documentação encontra-se deteriorando dia a dia. A resolução deste impasse, em parte, esta na adoção de uma política orçamentária que permita a formação de centros de pesquisa e documentação histórica, da criação do cargo de pesquisador, da efetiva transformação das universidades em instituições destinadas a ensino, pesquisa e documentação e à preparação de pessoal habilitado no curso de história.

Essas reivindicações são feitas, não só em nome de eventuais interesses profissionais, mas principalmente pela importância da história e das ciências humanas em geral, no campo científico, cultural, educacional e na formação da consciência do povo brasileiro.

Reafirmando a individualização do ensino de história e de geografia, conforme opinião expressa em vários Conclaves que vem sendo realizados confiamos plenamente que as autoridades apreciem os problemas aqui expostos e deliberem, em tempo hábil, em defesa dos mais altos interesses do Ensino e da Nação".